

Em nota nesta quarta-feira, a Secretaria de Segurança Pública declarou que as forças de segurança do estado são instituições legalistas, que atuam no estrito cumprimento do seu dever constitucional.

As corregedorias estão à disposição para formalizar e apurar toda e qualquer denúncia contra agentes públicos, reafirmando o compromisso com a legalidade, os direitos humanos e a transparência.

Segundo a pasta da Segurança, a Operação Verão tem o objetivo de combate à criminalidade e garantia da segurança da população. Conforme a gestão Tarcísio, 706 criminosos foram presos, além de mais de meia tonelada de drogas e 81 armas ilegais.

Então, acho que será bastante oportuna uma audiência que possamos fazer com Claudinho Silva, o ouvidor da polícia, nos próximos dias, aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Por favor, deputado. O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Pois não.

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Pode pedir o levantamento da sessão?

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Havendo concordância de todos os partidos, das lideranças e dos deputados presentes, peço que seja levantada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Obrigado, deputado Eduardo Suplicy. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.

* * *

23 DE FEVEREIRO DE 2024 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Endossa o pronunciamento do deputado Reis.
4 - REIS
Assume a Presidência.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Endossa o pronunciamento do deputado Reis.
10 - REIS
Assume a Presidência.
11 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 26/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Entrando na lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Edna Macedo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Muito obrigado, presidente Carlos Giannazi. Quero cumprimentar os funcionários desta Casa, o público presente, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnico Científica, da Polícia Penal, todos aqueles e aquelas que estão em suas residências e nos acompanham pela Rede Alesp, o deputado Paulo Fiorilo, que acaba de adentrar no plenário; e o deputado Suplicy, que também acaba de chegar ao plenário.

Presidente Carlos Giannazi, sei que V. Exa. é um defensor do funcionalismo público. Várias questões da educação e também sobre o Hospital dos Servidores Públicos, V. Exa. tem apresentado a esta Casa.

Eu trouxe aqui um manifesto dos aposentados e dos pensionistas do estado de São Paulo, com relação ao atendimento no Hospital do Servidor Público, porque mesmo após 14 meses de gestão - porque essa gestão costuma culpar o governo anterior e tudo o que você vai falar, respondem: “não, nós pegamos este negócio muito ruim”. Mas, em 14 meses não fizeram nada para melhorar.

”Em defesa da vida, o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, IAMSPE, vive dias difíceis. Mantido basicamente com a contribuição do funcionalismo, vem sofrendo uma crise de atendimento nos últimos anos, agravada a partir de 2019.

É nítida a falta de trabalhadores, equipe de enfermagem e médicos dentro do Hospital do Servidor Público, o que provoca transtornos evidentes àqueles que procuram os serviços do pronto-socorro, ambulatórios ou o hospital. Nós, que usamos os serviços, sabemos o verdadeiro caos. O resultado desse quadro são as horas intermináveis de espera”.

E eu posso comprovar isso porque, algumas das vezes que precisei do Hospital do Servidor, realmente demora muito o atendimento. Demora muito.

”Horas intermináveis de espera. A gigantesca dificuldade em marcar uma consulta ou exame. E as cirurgias, que muitas vezes são desmarcadas na véspera da data agendada. Ou pior, nem marcadas são. Somos mais de 1.175.473 beneficiários.

O IAMSPE, Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, autarquia atual criada pelo Decreto-lei nº 257/70 e regulamentada pelo Decreto nº 52.474/70, tem por finalidade precípua prestar assistência médica e hospitalar, de elevado padrão, aos seus contribuintes - servidores públicos estaduais - e seus beneficiários e agregados. (Art. 2º do Decreto-lei nº 257/70). Observando-se uma grande população de

idosos, no geral aposentados, idosos de baixa renda, portadores de doenças crônicas.

O servidor público, consumidor de um serviço de saúde, automaticamente sofre um desconto mensal em cumprimento à Lei nº 17.293, que fixa contribuições diferenciadas para contribuintes e beneficiários, incluindo os agregados - pai e mãe, padrasto e madrasta - sendo contribuinte de 2% a 3%, inclusive férias e 13º salário.

Para quem possui idade a partir de 59 anos, o percentual passou para 3% em sua folha de pagamento, valor destinado ao custeio desses serviços médicos prestados pelo IAMSPE.

Nós pagamos e precisamos com urgência que os credenciamentos sejam realizados com hospitais capacitados em toda a região do estado, com atendimento hospitalar geral, biópsia, oncologia, quimioterapia, radioterapia, cirurgias eletivas de pequena, média e alta complexidade; dias de internação ou de permanência em UTI suficientes para o tratamento necessário ao restabelecimento total do paciente; e fim das transferências hospitalares, com exceção, se comprovada pelos médicos, de que o hospital da internação inicial não tenha equipamentos necessários ou outro motivo que possa comprometer a continuidade do tratamento, credenciamento de laboratórios clínicos para todos os exames de sangue, de imagens, nas cidades do interior de São Paulo, evitando-se, assim, o deslocamento dos servidores para a Capital.

Credenciamentos esses com teto, cotas, recursos orçamentares suficientes para atender toda a demanda, dignamente, que cubram todos os procedimentos hospitalares, inclusive dias de internação e permanência em UTI, suficientes para o restabelecimento do paciente, autorização de todos os exames necessários para que o hospital credenciado tenha capacidade de realizar durante a internação”.

Já terminamos, Sr. Presidente. É importante registrar esse manifesto.

”Pagamos a vida inteira o lamspe, não queremos viver os últimos momentos de vida aguardando vagas do SUS. A grande curiosidade do Hospital do Servidor é que foi sendo pulverizado.

Não houve nenhum interesse por parte dos governantes em melhorar a situação. Ao contrário, a ordem parece ser de economizar. Será que nenhum secretário de estado tem interesse no hospital?

A demora no atendimento por especialista é outro aspecto que choca, o encaminhamento de um paciente com um simples problema para uma consulta, o qual será atendido meses depois.

Assim, diante do exposto, solicitamos que esse caos no Hospital do Servidor Público seja averiguado com resultados positivos aos seus beneficiários. Atenciosamente, Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo”.

Como eles estão lutando, e nós aqui também temos cobrado muito o governo, e V. Exa. tem cobrado muito do governo, as melhorias, os investimentos necessários a prover a saúde do servidor público do estado de São Paulo, eu requeiro de V. Exa. que a cópia, as notas taquigráficas desse discurso, dessa minha fala, da leitura desse manifesto, seja encaminhado ao superintendente do lamspe, seja encaminhado ao secretário de Gestão e Governo Digital, secretária que tem o lamspe sob o seu guarda-chuva e o Hospital do Servidor, para que o governo ponha a mão na consciência e entenda, entenda que tem que melhorar o atendimento aos nossos servidores. Os nossos servidores não podem ser tratados com descaso, como esse governo tem feito e tratado mal todos os nossos servidores que carregam o estado nas costas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Reis. Esta presidência acata o pedido de V. Exa. e fará os encaminhamentos aos órgãos que V. Exa. pediu.

E é muito importante que V. Exa. tenha lido esse manifesto das aposentadas e pensionistas do estado de São Paulo, que chegou praticamente nos gabinetes de todos os deputados e deputadas da Assembleia Legislativa, trazendo... É um manifesto-denúncia, do abandono pelo governo estadual do lamspe.

O governo lavou as mãos, o governo praticamente não financia mais o lamspe. Quem financia o lamspe é o próprio servidor público, o aposentado, que contribui com dois ou três por cento. Então, o governo tem se omitido historicamente, e agora ele abandonou de vez.

Então, não tem financiamento, não tem mais concurso público dentro do lamspe, eles estão terceirizando tudo. Tem mais de 20 empresas terceirizadas, ou seja, o governo está sucateando e degradando o lamspe, de propósito, talvez, para entregar o lamspe para uma OS - uma organização social de caráter privado -, como ele tem feito com a Saúde em todo o estado.

Mas nós vamos continuar a luta e a resistência, denunciando o que está acontecendo. Eu chamo V. Exa. para continuar presidindo a sessão, deputado Reis.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo a presidência dos trabalhos na data de hoje e seguindo aqui a lista de oradores escritos no Pequeno Expediente, chamo para fazer uso da palavra o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhor presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia. Senhor presidente, nós tivemos o início do ano letivo das aulas da rede estadual, agora no último dia 15 de fevereiro.

Uma volta caótica, porque faltam professores, porque o governo organizou um processo de atribuição totalmente injusto, sem transparência, com várias irregularidades, com vários erros, deixando de fora boa parte dos professores categoria “O”. Sobre tudo aqueles e aquelas com experiência.

E no meio de todo esse turbilhão, de toda essa desorganização, é de deliberada, contra o Magistério, contra os profissionais da Educação, o governo estadual não está cumprindo a legislação.

O governo Tarcísio, através da Secretaria da Educação, insiste em não cumprir a lei que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa. Inclusive, lei que foi fruto de um projeto de lei que o próprio governo encaminhou por conta da nossa pressão. Me refiro à Lei nº 1.396, do dia 22 de dezembro do ano passado, de 2023.

Eu tenho dois tópicos importantes, que eu estou colocando aqui. Um trata da questão das APDs, que era uma antiga reivindicação que nós estávamos fazendo. Quando eu digo “nós”, o Magistério estadual. De que as APDs, atividades pedagógicas diversificadas, fossem realizadas em local de livre escolha do professor, da professora. Isso, nós conseguimos aprovar, apesar de toda a resistência do governo.

No projeto original, ele dizia que era o secretário que ia dizer onde o professor ia realizar essas APDs. Mas isso, nós conseguimos tirar do texto original. E está lá, o texto é muito claro. A Lei nº 1.396, Art. 1º, §1º, esse que nos interessa, bem claro: “O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local de livre escolha do docente.”

Não tem como interpretar diferente: é livre escolha do docente. As APDs, atividades pedagógicas que não são feitas com o aluno, é aquele momento em que o professor prepara as suas aulas, faz a pesquisa. É o momento em que o professor prepara as avaliações, corrige as avaliações.

Então não há necessidade de que, nesse momento, ele fique dentro da escola. Ele vai fazer no momento em que ele

puder, no momento em que ele organizar o seu tempo para isso, como era antes.

Agora está aí a lei. E a outra conquista foi a volta da falta-aula, que antes era a falta-dia. Eu me refiro aqui - vamos colocar o próximo quadro - que, na mesma lei, nós temos o Art. 69, no inciso II, que diz o seguinte: “II - quando a ausência for parcial, o desconto será proporcional à quantidade das aulas ou horas impactadas.” É óbvio que tem que ser assim. Então a falta-aula está de volta. Porque, até então, era falta-dia.

Se o professor faltava uma aula, ele perdia o dia todo, mesmo que ele tivesse lecionado as outras aulas. Isso era inconstitucional, era uma agressão, uma violação ao direito trabalhista. Então tinha que cair mesmo, e caiu, e está ali. Acontece que a Secretaria da Educação não está orientando as diretorias de ensino e nem as escolas, para que as gestões escolares procedam de acordo com a lei.

Não tem que regulamentar nada, a lei é clara aqui. Ela é autoaplicável. Tanto as APDs em local de livre escolha, não é o diretor que vai decidir, nem a Seduc, nem o dirigente de ensino. A lei é muito clara. E também a volta da falta-aula.

Se o professor faltou uma aula, ele vai ter o desconto de uma aula, é proporcional. O inciso II é muito claro, o inciso II do Art. 69, da lei aprovada - repito - aqui na Assembleia Legislativa.

Então a Secretaria da Educação tem que orientar corretamente o cumprimento da lei. As diretorias de ensino também têm que orientar todas as suas escolas. Todas as escolas devem ter essa orientação da Seduc e das diretorias de ensino. É uma orientação básica, elementar, que está aqui na Lei nº 1.396, aprovada e sancionada pelo governador.

Essa lei está em vigor. As APDs devem ser feitas de acordo com a vontade, com a indicação de livre escolha do docente. E a falta-aula está de volta, se o professor faltou uma aula, ele vai descontar uma aula e não o dia todo.

Então, está aqui a lei e ela tem que ser respeitada, Sr. Presidente. Nós exigimos que a Secretaria da Educação tome as providências objetivas para que todas as escolas cumpram essa legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Chamo para fazer o uso da palavra o deputado Donato. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Carlos Giannazi, que agora substitui o deputado Reis. Eu estive nesta manhã em Diadema, onde participei e assisti a cerimônia em que o presidente do IBGE, professor Márcio Pochmann, anunciou ao lado do prefeito de Diadema, José de Filippi Junior, os resultados do diagnóstico sobre as características das habitações no Brasil.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

Então, eu quero ressaltar que a escolha de se fazer hoje no Teatro Clara Nunes em Diadema decorre do fato de Diadema apresentar alguns indicadores muito positivos, sobretudo na área do saneamento básico e do sistema de esgoto na cidade.

É um dos municípios que está proporcionando índices superiores a 98% e a população está tendo a água encanada adequada e sistema de esgoto adequado. Estava simplesmente lotado o auditório do Teatro Clara Nunes e esses resultados são muito importantes, vou aqui citar alguns.

”O Brasil tem o equivalente a 49 milhões de habitantes sem atendimento adequado de esgotamento sanitário e 4,8 milhões de pessoas sem água encanada, apesar do crescimento desse serviço nas últimas décadas. É o que apontam os novos dados do Censo Demográfico de 2022 divulgados hoje pelo IBGE.

No caso do esgotamento sanitário, 62,5% da população vivia em domicílios conectados à rede de coleta em 2022. Outros 13,2% estavam em endereços que usavam fossa séptica ou fossa-filtro como solução individual. De acordo com o IBGE, as duas categorias são consideradas adequadas pelo Plansab, o Plano Nacional de Saneamento Básico.

Assim, a população atendida por rede de esgoto ou fossa séptica chegou a 75,7%, na soma, em 2022 – o equivalente a 153,1 milhões de pessoas. O percentual subiu em relação aos recenseamentos anteriores, que era de 64,5% em 2010 e de 59,2% em 2000.

Apesar da alta, o país ainda registrou, em 2022, o equivalente a 24,3% da população em domicílios com opções de esgotamento sanitário ‘mais precárias’, incluindo a fossa rudimentar ou o buraco, vala, rio, lago, córrego ou mar, aponta o IBGE. Essa porcentagem equivale ao número - citado no início deste texto - de 49 milhões de pessoas sem atendimento adequado de esgoto, conforme os critérios da pesquisa.

De 2010 a 2022, a proporção de moradores com soluções consideradas adequadas de esgotamento (rede e fossa séptica) cresceu em cinco grandes regiões brasileiras, mas as desigualdades permaneceram, conforme Bruno Perez, analista do IBGE, ressaltá.

No norte, essa proporção foi de apenas 46,4%, a menor do País e abaixo do dado nacional (75,7 por cento). Em outras palavras, menos da metade da população local convivia com opções consideradas adequadas de esgotamento sanitário. O sudeste, por sua vez, registrou o maior percentual do País nesse quesito: 90,7 por cento.”

Quero aqui ressaltar e vou pedir que seja transcrito na íntegra esse documento que aponta as características das habitações, mas quero ressaltar quando o prefeito José de Filippi Júnior foi aplaudido, porque Diadema tem uma proporção de residências com o fornecimento de água e sistema de esgoto adequados numa proporção próxima de 100 por cento.

O próprio prefeito José de Filippi Júnior ressaltou o quão considera importante que a Sabesp, os serviços de água, de abastecimento de esgoto, permaneçam sob controle do estado. Ele registrou um movimento muito positivo ao longo de seu mandato e considerando que ele é prefeito mais uma vez ali em Diadema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Com a palavra o deputado Lucas Bove. (Pausa.)

Na Lista Suplementar, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Sr. Presidente, público presente, eu volto à tribuna porque eu quero repercutir matérias da grande mídia sobre o andamento das investigações dos atos golpistas de 8 de janeiro e do envolvimento do principal chefe dessa operação, que é o Sr. Jair Messias Bolsonaro. Inclusive ele ontem ficou em silêncio - ele e alguns gerais - o que causou estranheza ao Alto Comando das Forças Armadas, segundo o noticiário, do silêncio em que eles ficaram.

O Bolsonaro ficar em silêncio, mas os gerais deveriam ter falado alguma coisa. E na realidade, Sr. Presidente, você pode se defender no inquérito. Então, quando a Polícia Federal chama alguém para ser ouvido no inquérito, aquela peça administrativa, a pessoa pode fazer a sua defesa ali também.

Assim, o Bolsonaro poderia, sim, ter se defendido, mas ele preferiu permanecer calado. Isso, dependendo do que tem de apuração na investigação, daqui a pouco ele pode ser preso, sim.

O Valdemar da Costa Neto cortou o salário de Braga Netto e do Marcelo Câmara. O ex-ministro da Casa Civil, Braga Netto,

e o ex-assessor de Bolsonaro, Marcelo Câmara, tiveram salários cortados pelo presidente do PL, Valdemar da Costa Neto.

Segundo o blog da Andréia Sadi, o presidente do partido suspendeu os pagamentos, desde que foi proibido de se comunicar com ambos, uma vez que estão sendo investigados pela Polícia Federal, no inquérito da suposta tentativa de golpe de Estado.

Atualmente, o ex-ministro ocupava o cargo de secretário nacional de relações institucionais, com o salário de cerca de 40 mil reais. Já Marcelo Câmara recebia 20 mil reais do partido, de acordo com as informações do ‘G1’. No depoimento à Polícia Federal, o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto desistiu da estratégia de ficar em silêncio. Então, Valdemar foi lá e falou.

Os advogados de Costa Neto assinalaram: “A defesa de Valdemar Costa Neto informa que o presidente nacional do PL compareceu à Polícia Federal na data de hoje - no caso, ontem - e respondeu todas as perguntas que lhe foram feitas. A defesa não fará qualquer comentário sobre as investigações”.

Costa Neto foi alvo de busca e apreensão em oito de fevereiro, no âmbito da investigação sobre a tentativa de golpe e acabou sendo preso, por posse irregular de arma de fogo.

Além disso, foi encontrada com ele uma pepita de ouro. O presidente do PL ficou detido por duas noites na carceragem da Polícia Federal. Já Braga Netto continua com a estratégia de silêncio.

No “247”, tem uma matéria que diz: “Se falar um ‘ai’ do Supremo, vai ser preso”, diz ministro sobre ato convocaco por Bolsonaro para o domingo. Então, nesse ato do Bolsonaro, ele tem que ter muito cuidado, porque ele não pode atacar as instituições.

”Há no STF um consenso de que, se Bolsonaro partir para o ataque contra o Tribunal ou algum de seus ministros, poderá ser preso imediatamente. Após o avanço das investigações sobre uma tentativa de golpe de Estado, Jair Bolsonaro se viu acuado e convocou uma manifestação, supostamente, em defesa da democracia”.

Veja, ele é uma coisa hilária. Ele queria dar um golpe. Ele, que planejou todo um golpe, agora está fazendo um ato em defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito.

”No dia 25, na Avenida Paulista, será uma tentativa de demonstrar apoio popular para evitar uma prisão. No entanto, o ato poderá se converter em um tiro no pé. Segundo Lauro Jardim, do jornal ‘O Globo’. No Supremo Tribunal Federal há um consenso de que se Bolsonaro criticar asperamente a Corte ou alguns de seus ministros, poderá ser preso imediatamente. ‘Se ele falar um ‘ai’ do Supremo, vai ser preso’, afirmou o ministro ao jornalista Lauro Jardim.

O ato pró-Bolsonaro terá oração de Michelle Bolsonaro e trios, o Demolidor e o Katrina. O principal organizador do evento é o pastor Silas Malafaia e afirma que a manifestação na Avenida Paulista era de paz e em prol de Bolsonaro.

”Não vai ter 30 políticos discursando para xaropar o povo”, dispara o pastor Silas Malafaia ao comentar a quantidade de pessoas que farão pronunciamento durante a manifestação em prol do ex-presidente Jair Bolsonaro, prevista para domingo, dia 25 de fevereiro, na Avenida Paulista, em São Paulo.

Segundo ele, que aparece como principal organizador do evento - então, o Silas Malafaia é o principal organizador do evento -, uma hora e trinta será o suficiente para passar o recado.

Serão dois trios elétricos: o Demolidor e o Katrina. No primeiro, estarão o ex-presidente, Malafaia e no máximo mais 68 pessoas. ‘Poderia ter mais gente, mas aí fica intransitável’, diz o pastor.

No segundo, cem pessoas acompanharão o evento. Então, por volta das 15 horas, Michelle Bolsonaro fará uma oração e, se for da vontade dela, também poderá discursar. Em seguida, toma a palavra o deputado federal Gustavo Gayer, do PL de Goiás, o deputado federal Nikolas Ferreira, do PL de Minas Gerais, o senador Rogério Marinho, do PL do Rio Grande do Norte, e o senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo.

”Se quiserem, os governadores Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado e Jorginho Mello serão liberados para discursar, assim como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, também poderá discursar, porque ele estará lá no... É Demolidor o nome do trio aqui? Demolidor. Ele estará no Demolidor”. Enfim, Malafaia e o ex-presidente terminam o evento.

Os objetivos da manifestação: os organizadores esperam que a população compareça em massa para apoiar os objetivos da manifestação, olha só, aquele que queria dar o golpe. “A luta pelo Estado Democrático de Direito e a possibilidade de defesa do ex-presidente”.

Ele teve essa possibilidade ontem na oitiva. Ele poderia ter se defendido nos autos do processo, porque a defesa se faz nos autos do processo, mas ele preferê se defender, com os seus argumentos, lá na Avenida Paulista.

Vamos aguardar os desdobramentos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Quero me associar ao que disse V. Exa., porque esse ato, deputado Reis, não é em defesa da democracia, é contra a democracia, contra a Justiça, contra as investigações da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal. É uma continuação, na verdade, do dia oito de janeiro de 2023. Essa é a grande verdade.

Vossa Excelência foi preciso dizendo que, na verdade, se o ex-presidente, já inelegível, quisesse se defender, ele faria isso nos autos ontem na Polícia Federal, mas ele, de forma covarde, se calou.

Amanhã ele vai tentar regimentar o que resta da sua base popular de apoio para tirar uma fotografia, mostrando alguma base de sustentação, mas isso não vai adiantar porque o processo penal vai continuar, o processo criminal vai continuar. É um ato de desespero.

Mas eu estou dizendo isso porque nós estamos hoje, deputado Reis, deputado Suplicy, acionando o Ministério Público Estadual, não contra o ato - que é um direito das pessoas se manifestarem -, nós não somos contra o ato, mas nós somos contra, aí, sim, o governador Tarcísio de Freitas hospedar, no Palácio dos Bandeirantes, que é um espaço público, sustentado pelo nosso dinheiro, pelos recursos do povo paulista, o ex-presidente, inelegível, golpista, investigado pela Polícia Federal e pelo Supremo Tribunal Federal, o Bolsonaro. É um absurdo usar dinheiro público para abrigar, para hospedar um golpista.

Então, isso é grave. O Ministério Público tem que agir. Nós estamos acionando hoje o Ministério Público, não só eu, mas a deputada federal Luciene Cavalcante e o vereador Celso Giannazi. Espero que o Ministério Público tome as devidas providências.

Muito obrigado.

Passo a Presidência à Vossa Excelência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Continuando na Lista Suplementar, chamo para fazer uso da palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, de volta à tribuna no dia de hoje. Eu quero continuar reverberando uma denúncia que eu já fiz ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, sobre a redução dos recursos da Educação do estado de São Paulo.

Eu me refiro sobretudo ao Orçamento de uma parte da Educação, da Secretaria de Educação, que trata das intervenções nas infraestruturas das nossas escolas, das reformas, construções e manutenção das escolas estaduais.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, até trouxe um gráfico - gostaria de mostrar Machado. É um gráfico que eu envieí agora aqui para a gente mostrar para ficar mais claro. Eu acabei de enviar um gráfico mostrando que o Governo não investiu no ano pas-